

## **Efetivação do direito de acesso à saúde das pessoas em situação de rua frente à pandemia da COVID-19**

Effectiveness of the right of access to health of people in street situations front of the COVID-19 pandemic

Efectividad del derecho de acceso a la salud de las personas en situación de calle frente a la pandemia del COVID-19

Recebido: 19/07/2022 | Revisado: 28/07/2022 | Aceito: 30/07/2022 | Publicado: 08/08/2022

### **Andrew Pereira da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1919-4648>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
andrew.pereira@ufpe.br

### **Manoel Augusto dos Santos Neto**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4359-1774>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: manoel.auguston@ufpe.br

### **Emanuelle Vitoria Soares Vidal**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3677-8215>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: emanuelle.vitoria@ufpe.br

### **Pedro Érico Alves de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7097-4631>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: pedro.erico@ufpe.br

### **Marcos Adônys Ferreira da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4159-2789>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: marcos.adonys@ufpe.br

### **João Lucas Oliveira e Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6663-5397>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: joao.lucasoliveira@ufpe.br

### **Karlla Stephanie Alves e Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6698-2014>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: karlla.stephanie@ufpe.br

### **Lilian Emanuelle Santos de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6110-9312>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: lilian.ssouza@ufpe.br

### **Alexia Mercês Vidal**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2306-3509>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: alexia.vidal@ufpe.br

### **Rosane Freire Lacerda**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3096-2089>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
E-mail: rosanefrlacerda@gmail.com

### **Resumo**

O presente estudo buscou avaliar, a partir da literatura especializada, como o direito de acesso à saúde pelas pessoas em situação de rua tem sido afetado frente à pandemia da COVID-19. Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa realizada por meio de uma busca avançada nas bases de dados SciELO, PubMed, Science Direct, BVS e LILACS, com seleção dos artigos feita com os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Pessoas em Situação de Rua”, “Direito à Saúde”, “Acesso aos Serviços de Saúde” e “COVID-19”, e seus respectivos termos traduzidos no idioma inglês. Entre os documentos e artigos encontrados, 16 foram selecionados por se adequarem ao objetivo do estudo. São notórias as barreiras impostas pela pandemia de COVID-19 às populações em situação de rua, em especial, quando se verifica o direito de acesso à saúde por esse grupo social. Especificamente em sua fase mais aguda, a pandemia foi e

tem sido ainda marcada por insuficiência em medidas de higienização e isolamento social para esse segmento. Além disso, a vulnerabilidade em saúde é observada nas maiores taxas de mortalidade entre as pessoas em situação de rua comparado à população em geral, bem como a fragmentação do cuidado em saúde mental agravada pela pandemia. Estratégias foram tomadas para proteção e cuidado em saúde à população em situação de rua. Contudo, é observado uma insuficiência na efetivação de tais estratégias por parte dos estados e municípios, demonstrando a necessidade de um cuidado em saúde efetivo para a garantia dos direitos dessa população.

**Palavras-chave:** Pessoas em situação de rua; Direito à saúde; Acesso aos serviços de saúde; COVID-19.

### Abstract

The present study sought to evaluate, based on the specialized literature, how the right of access to health by homeless people has been affected in the face of the COVID-19 pandemic. This is an integrative review research carried out through an advanced search in the SciELO, PubMed, Science Direct, BVS and LILACS databases, with selection of articles made with the following Health Sciences Descriptors (DeCS): “People on the Street”, “Right to Health”, “Access to Health Services” and “COVID-19”, and their respective terms translated into English. Among the documents and articles found, 16 were selected because they fit the purpose of the study. The barriers imposed by the COVID-19 pandemic on homeless populations are notorious, especially when the right of access to health is verified by this social group. Specifically in its most acute phase, the pandemic was and still has been marked by insufficiency in hygiene and social isolation measures for this segment. In addition, health vulnerability is observed in higher mortality rates among homeless people compared to the general population, as well as the fragmentation of mental health care aggravated by the pandemic. Strategies were taken to protect and provide health care to the homeless population. However, an insufficiency in the implementation of such strategies by states and municipalities is observed, demonstrating the need for effective health care to guarantee the rights of this population.

**Keywords:** Homeless people; Right to health; Access to health services; COVID-19.

### Resumen

El presente estudio buscó evaluar, con base en la literatura especializada, cómo se ha visto afectado el derecho de acceso a la salud de las personas en situación de calle ante la pandemia del COVID-19. Se trata de una investigación de revisión integradora realizada a través de una búsqueda avanzada en las bases de datos SciELO, PubMed, Science Direct, BVS y LILACS, con selección de artículos elaborados con los siguientes Descriptores en Ciencias de la Salud (DeCS): “Gente en la Calle”, “Derecho a la Salud”, “Acceso a los Servicios de Salud” y “COVID-19”, y sus respectivos términos traducidos al inglés. Entre los documentos y artículos encontrados, se seleccionaron 16 por adecuarse al propósito del estudio. Las barreras impuestas por la pandemia del COVID-19 a las poblaciones en situación de calle son notorias, más aún cuando se verifica el derecho de acceso a la salud por parte de este grupo social. Específicamente en su fase más aguda, la pandemia estuvo y aún está marcada por la insuficiencia en las medidas de higiene y aislamiento social para este segmento. Además, la vulnerabilidad sanitaria se observa en mayores tasas de mortalidad entre las personas sin hogar en comparación con la población general, así como la fragmentación de la atención en salud mental agravada por la pandemia. Se tomaron estrategias para proteger y brindar atención en salud a la población en situación de calle. Sin embargo, se observa una insuficiencia en la implementación de tales estrategias por parte de los estados y municipios, lo que demuestra la necesidad de una atención de salud efectiva para garantizar los derechos de esta población.

**Palabras clave:** Personas en situación de calle; Derecho a la salud; Acceso a los servicios de salud; COVID-19.

## 1. Introdução

Com o surgimento de uma nova organização política dos países após o final da guerra fria, o desenvolvimento do capitalismo e de uma urbanização acelerada produziram, entre outros efeitos, um aumento da exclusão social. Nesse contexto de exclusão, a população em situação de rua (PSR), se situa em um cenário conflituoso. De um lado, se tem um número cada vez maior de pessoas excluídas dos direitos sociais básicos. Do outro, há um Estado que tem se utilizado de forças opressoras para punir essas pessoas que não se encaixam corretamente na lógica do mercado e consumo. Para elas, muitas vezes as questões envolvendo a saúde, como problemas de saúde mental e traumas, são a causa e a consequência de estarem em situação de rua, com o atendimento médico sendo procurado apenas em estágios avançados de doença. Dessa forma, os serviços de saúde dedicados a essa população se tornam vitais (Davies & Wood, 2016; Paiva et al., 2016).

No contexto brasileiro, as pessoas em situação de rua têm seus direitos representados constitucionalmente, como o princípio da dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1, inciso III da Constituição Federal de 1988 e os formulados a partir do Decreto n. 7053 de 23 de dezembro de 2009, o qual instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua -

PNPSR (Brasil, 2009). Existem também estratégias específicas como as Equipes de Consultório na Rua que reafirmam a atenção a esta população. Contudo, apesar dessa garantia de direitos básicos por dever do Estado, as condições de saúde dessas pessoas ainda são preocupantes, principalmente quando se considera o nível de exposição a doenças, a vulnerabilidade social e a dificuldade no acesso à saúde. Desse modo, partindo de um trabalho intersetorial, estratégias são tomadas para suprir as necessidades e os direitos dessa população, tais como os Consultórios na Rua, que promovem uma articulação da Rede de Atenção Básica com essas pessoas, a fim de ampliar o acesso e introduzi-los à rede de saúde (Brasil, 2020d; Silva et al., 2015).

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19), doença infecciosa viral descoberta no ano anterior em Wuhan, China. Trata-se de uma doença altamente contagiosa que se espalhou rapidamente por todo o mundo, marcada por manifestações clínicas como febre, tosse, fadiga, dores musculares e pneumonia. No cenário brasileiro, a saúde pública enfrentou desafios devido à rápida demanda hospitalar e as dificuldades de conter o vírus. Tal dificuldade esteve relacionada principalmente à forma desigual como a pandemia afetou e tem afetado parte da sociedade, tendo como maior risco as pessoas em vulnerabilidade social. Exemplo mais crítico talvez seja o das pessoas em situação de rua que enfrentam barreiras para realizar comportamentos preventivos de biossegurança (Lewer et al., 2020; Perondi et al., 2020; Wungu et al., 2021).

Levando em consideração os direitos da população em situação de rua, assim como os direitos humanos em geral e toda a problemática que tem sido enfrentada durante a pandemia, esse estudo tem a finalidade verificar, a partir da literatura especializada, como o direito de acesso à saúde pelas pessoas em situação de rua foi e tem sido afetado no Brasil frente à pandemia da COVID-19. Busca-se dar visibilidade às barreiras impostas pela pandemia da COVID-19 a essa população e à importância de que seja garantido o seu direito de acesso aos serviços de saúde, uma vez que se encontram ainda mais vulneráveis (Brasil, 2020a; Brasil, 2020b; Lewer et al., 2020; Silva et al., 2015).

## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa realizada em junho de 2022 por meio de uma busca avançada nas bases de dados SciELO, PubMed, Science Direct, BVS e LILACS, com seleção dos artigos feita com os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Pessoas em Situação de Rua”, “Direito à Saúde”, “Acesso aos Serviços de Saúde” e “COVID-19”, e seus respectivos termos traduzidos no idioma inglês. Os descritores foram relacionados por meio do operador booleano “AND”. A busca avançada não encontrou resultados com a metodologia empregada.

Diante da insuficiência na obtenção de resultados satisfatórios com a busca avançada, uma vez que não foram encontrados trabalhos a partir dos descritores utilizados em conjunto, foram incluídos nesta revisão artigos selecionados a partir de um ou mais descritores aqui dispostos, além de notas técnicas, recomendações e portarias de órgãos e ministérios nacionais acerca do panorama de acesso aos serviços de saúde pelas pessoas em situação de rua diante da pandemia de COVID-19 no Brasil. Foram excluídos artigos e documentos incompletos, em duplicidade ou, ainda, aqueles que não abordassem a temática selecionada para essa revisão.

## 3. Resultados

Os documentos e artigos selecionados para esse estudo encontram-se descritos na tabela a seguir, caracterizados por autor, ano de publicação, título da obra e objetivos de cada estudo.

**Tabela 1.** Documentos e artigos selecionados para a revisão integrativa da literatura.

<b>Autor/Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivos</b>
Barcellos <i>et al.</i> , 2017	<i>Direito à saúde e prioridades: introdução a um debate inevitável</i>	Apresentar os principais critérios em discussão no mundo acerca da priorização em prestações de saúde, a saber: critérios materiais (que priorizam determinadas doenças ou grupos ou tratamentos), critérios procedimentais e os chamados multicritérios.
Brasil, 2014	<i>Saúde da população em situação de rua: um direito humano</i>	Expor diretrizes, estratégias e ações destinadas à melhoria das ações de saúde para a População em Situação de Rua; combater o preconceito em relação a essa população no SUS; e garantir seu acesso aos serviços de saúde, com atendimento integral e humanizado.
Brasil, 2019	<i>População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?</i>	Ilustrar como a geração de dados consistentes têm subsidiado gestores públicos na formulação, na implementação e no monitoramento de políticas voltadas à população em situação de rua no Brasil.
Brasil, 2020a	<i>Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020</i>	Aprovar recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, COVID-19.
Brasil, 2020b	<i>Atendimento e Acolhimento Emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia da COVID-19: Informações e Recomendações</i>	Apresentar orientações gerais, sobre atendimento e acolhimento emergencial à população em situação de rua para áreas que compõem a PNPSR, Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento da PNPSR, organizações civis e religiosas.
Brasil, 2020c	<i>Prevenção ao COVID-19 no âmbito das equipes de consultórios na rua</i>	Apresentar orientações para as equipes de Consultório na Rua (eCR) e demais profissionais da Atenção Primária que atuam com esse grupo populacional.
Brasil, 2020d	<i>Recomendações para os consultórios na rua e a rede de serviços que atuam junto com a população em situação de rua</i>	Apresentar recomendações para os consultórios na rua e a rede de serviços que atuam junto com a população em situação de rua, ações coordenadas e intersetoriais, proteção dos trabalhadores e acolhimento institucional, bem como a construção de planos e orientações de ação.
Brasil, 2020e	<i>Nota Técnica, nº 6, 22 de abril de 2020. Recomendações para a população em situação de rua</i>	Orientar medidas de prevenção e proteção à saúde das pessoas que vivem em situação de rua (PSR).
D'Ávila; Saliba, 2017	<i>A efetivação do direito à saúde e sua interface com a justiça social.</i>	Discutir a efetivação do direito à saúde tendo em vista sua centralidade na busca pela justiça social.
Honorato; Oliveira, 2020	<i>População em situação de rua e COVID-19</i>	Propor sugestões práticas para a atuação no atendimento à população em situação de rua diante da pandemia da COVID-19 no Brasil.
Lewer <i>et al.</i> , 2020	<i>COVID-19 among people experiencing homelessness in England: a modelling study</i>	Estimar as mortes evitadas e o uso de serviços de saúde entre pessoas em situação de rua durante a chamada primeira onda de COVID-19 na Inglaterra, ou seja, o pico de infecções ocorrendo entre fevereiro e maio de 2020, e o impacto potencial do COVID-19 nesta população no futuro.
Lima <i>et al.</i> , 2020	<i>People experiencing homelessness: Their potential exposure to COVID-19</i>	Identificar os impactos na saúde mental de pessoas em situação de rua expostas ao coronavírus.
Ralli; Arcangelli; Ercoli, 2021	<i>Homelessness and COVID-19: Leaving No One Behind</i>	Apresentar a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável com o princípio “Não deixar ninguém para trás”, relacionando a pandemia de COVID-19 e populações frágeis, como pessoas em situação de rua.

Sharm; Aggarwal, 2020	<i>Homeless persons with mental illness during COVID-19</i>	Discutir acerca do impacto da falta de moradia em pessoas em situação de rua durante a pandemia de COVID-19, contribuindo para o surgimento de doença mental e vice-versa.
Souza et al., 2019	<i>Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil</i>	Identificar o fortalecimento do setor privado e do capital na área da saúde, em detrimento do interesse público e do SUS e discutir as estratégias de luta pelo direito à saúde necessárias e possíveis no contexto atual.
Van Rùth et al., 2021	<i>Determinants of health-related quality of life (HRQoL) among homeless individuals during the COVID-19 pandemic</i>	Esclarecer quais variáveis estão associadas à qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) em moradores de rua durante a pandemia de COVID-19.

Fonte: Autores, com base nas referências consultadas para a revisão integrativa da literatura.

#### 4. Discussão

Ao definir a saúde como direito, entende-se que há uma intenção de conter certos aspectos sociais, mas também individuais, para que todos possam usufruir igualmente das vantagens da vida em sociedade, tendo em vista o sentido mais amplo e subjetivo do que é o direito (Barcellos et al., 2017; D'ávila & Saliba, 2017). Nesse sentido, a evolução de certa consciência sobre a saúde como direito por diversos brasileiros culminou na promulgação da constituição de 1988, que prevê a saúde como direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988), além de criar o SUS, sistema responsável por garantir a saúde, com garantia de uma assistência integral e completamente gratuita, para toda a população brasileira (Barcellos et al., 2017; Souza et al., 2019). No entanto, devido ao fenômeno de invisibilização, as pessoas em situação de rua não veem os seus direitos serem reconhecidos (Brasil, 2014).

Devido a forma desigual a qual a COVID-19 atinge a população, pessoas que vivem em situação de rua são mais vulneráveis à infecção devido aos riscos de transmissão em ambientes de acomodação de moradores de rua e desafios para comportamentos preventivos, como higiene das mãos regularmente e o distanciamento social. Consonante a isso, as populações em situação de rua estão associadas como possíveis espalhadores, fato ocasionado pela maior transição geográfica desse grupo que os indivíduos da população em geral e a ausência de moradia para isolamento social quando infectado, bem como os cuidados sanitários necessários (Lewer et al., 2020; Van Rùth et al., 2021).

Além disso, esses indivíduos possuem um alto potencial para um mau prognóstico devido às baixas condições de saúde de longo prazo. Desse modo, as taxas de mortalidade prematura mais elevadas, relacionadas com doenças infecciosas, cardiovasculares, respiratórias crônicas e uso indevido de substâncias, reafirmam as deficiências na imunidade, comportamento de risco e risco de COVID-19 grave. Ademais, a taxa de mortalidade das pessoas em situação de rua são tipicamente 2 a 5 vezes mais altas do que na população geral, fato associado às vulnerabilidades já citadas e as dificuldade de acesso aos serviços de saúde, evidenciando ser um ruim indicativo para pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 que necessitam de hospitalização (Lima et al., 2020; Van Rùth et al., 2021).

Outro ponto a se abordar é a dificuldade da manutenção da saúde mental frente à pandemia. As vulnerabilidades sociais, exclusão social, dificuldades de acesso ao sistema de saúde e falta de moradia podem contribuir para as doenças mentais. Desse modo, em meio às dificuldades de distanciamento social e efetivação de direito, a saúde mental e bem-estar das pessoas em situação de rua tem sido relativamente menos discutida. Em contrapartida, tal problemática sempre se fez presente e agravada durante a crise da COVID-19 (Honorato; Oliveira, 2020; Lima et al., 2020; Sharm; Aggarwal, 2020).

Contrariando o princípio “Não Deixar Ninguém Para Trás”, da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2030, é perceptível notar que as pessoas em situação de rua são cada vez mais negligenciadas. Somado a tais comorbidades físicas e mentais subalteradas, a questão do pouco reconhecimento e entendimento da COVID-19 torna esse um

importante ponto a se refletir. Uma vez que a maioria dos casos são assintomáticos ou minimamente sintomáticos, a determinação da doença acaba se tornando ainda mais complicada, principalmente quando se analisa as populações que se encontram em situação de rua. Portanto, vê-se que tal dificuldade pode ser observada nos diversos obstáculos em abreviar os contágios do vírus entre essa minoria social (Ralli et al., 2021).

É interessante enfatizar, também, que esses grupos desabrigados sofrem com essa alta vulnerabilidade na saúde devido à existência de barreiras não só burocráticas e organizacionais, mas também sociais e estigmatizantes. No cuidado à saúde, o estigma e o preconceito distanciam ainda mais essas pessoas dos seus direitos. A necessidade de um pensamento crítico, por parte das equipes multidisciplinares de saúde na Atenção Primária e o desenvolvimento de uma postura respeitosa, ética e empática são fatores que permitem um maior acercamento entre as pessoas em situação de rua e os cuidados à saúde, facilitando a criação de ações que possam reduzir e combater o impacto da COVID-19 nas populações que estão em situação de rua (Howells et al., 2021).

Algumas medidas têm sido tomadas para o enfrentamento da pandemia como formas de conter a infecção e transmissão na população em situação de rua. Como principais estratégias estão a modificação das estruturas e infraestruturas de atendimento e dos pontos de acolhimento e abrigo para essa população. A conscientização e orientação sobre as medidas de higienização e distanciamento social têm sido os principais pontos abordados. Junto a isso, têm sido oferecidos os serviços de atenção primária, com os profissionais devidamente protegidos, a fim de identificar pessoas sintomáticas e casos suspeitos da doença para que seja oferecido tratamento e sejam tomadas as devidas medidas de distanciamento social e notificação dos casos (Brasil, 2020b; Brasil, 2020c, Brasil, 2020e).

Essas estratégias têm sido planejadas e executadas por autonomia dos estados e municípios e apesar de algumas listas de estratégias e notas técnicas de recomendações, estudos têm avaliado que essas medidas não estão sendo colocadas em prática em sua totalidade, com destaque para as faltas de equipamento e desamparo dos profissionais por parte do governo, além de uma desarticulação entre os serviços que atendem a essa população e que precisam trabalhar juntos para garantir a oferta dessa segurança em saúde à PSR (Brasil, 2020e; Honorato & Oliveira, 2020).

## 5. Conclusão

Foram e são notórias as barreiras impostas pela pandemia de COVID-19 às populações em situação de rua, em especial, quando se verifica o direito de acesso à saúde por esse grupo social. A pandemia tem afetado o cuidado em saúde das pessoas em situação de rua, marcadas por insuficiência em medidas de higienização e isolamento social e, inclusive, mais vulneráveis à infecção. As vulnerabilidades em saúde também contribuem para isso, com taxas de mortalidade maiores nesse segmento social quando comparado à população em geral, bem como um contexto de cuidado em saúde mental ainda mais fragmentado e agravado pela pandemia. Ressalta-se, ainda, o âmbito de estratégias para proteção e cuidado em saúde à população em situação de rua, com mudança no fluxo de acolhimento, atendimento e para conscientização, bem como notificação dos casos desse grupo. Contudo, a insuficiência na efetivação de tais estratégias de estados e municípios é um ponto observado, demonstrando a desarticulação presente entre os agentes gestores e a população em situação de rua, a qual necessita de um cuidado em saúde efetivo para a garantia de seus direitos.

## Referências

Barcellos, A. P., Souza, F., Mello, H. L., Florentino, J., Souza, S., & Bianco, T. (2017). Direito à saúde e prioridades: introdução a um debate inevitável. *Revista Direito GV*, 13 (2.), 457-483.

Banerjee, D., & Bhattacharya, P. (2021). The hidden vulnerability of homelessness in the COVID-19 pandemic: Perspectives from India. *Int J Soc Psychiatry*, 67 (1), 3-6.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.

Brasil (2009). Ministério da Saúde. *Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília.

Brasil. (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Saúde da população em situação de rua: um direito humano*. Brasília.

Brasil. (2019). Ministério da Saúde. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?* Brasília.

Brasil. (2020a). Ministério da Cidadania. *Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020*. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, COVID-19. Brasília.

Brasil. (2020b). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção Global. *Atendimento e Acolhimento Emergencial à população e situação de rua no contexto da pandemia da COVID-19: Informações e Recomendações*. Brasília.

Brasil. (2020c). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). *Prevenção ao COVID-19 no âmbito das equipes de consultórios na rua*. Brasília.

Brasil. (2020d). Ministério da Saúde. *Recomendações para os consultórios na rua e a rede de serviços que atuam junto com a população em situação de rua*. Brasília.

Brasil. (2020e). Secretaria da Saúde. Governo do Estado do Ceará. Nota Técnica, nº 6, 22 de abril de 2020. *Recomendações para a população em situação de rua*, Fortaleza, 6, 1-7.

Davies, A., & Wood, L. J. (2018). Homeless health care: meeting the challenges of providing primary care. *Medical Journal of Australia*, 209(5), 230-234.

D'ávila, L. S., & Saliba, G. R. (2017). A efetivação do direito à saúde e sua interface com a justiça social. *Revista de Direito Sanitário*, 17, (3), 15-38.

Howells, K., Burrows, M., Amp, M., Brennan, R., Yeung, W., Jackson, S., Dickinson, J., Draper, J., Campbell, S., Ashcroft, D., Blakeman, T., & Sanders, C. (2021). Exploring the experiences of changes to support access to primary health care services and the impact on the quality and safety of care for homeless people during the COVID-19 pandemic: a study protocol for a qualitative mixed methods approach. *International journal for equity in health*, 20 (1), 327-345.

Honorato, B. E. F., & Oliveira, A. C. S. (2020). População em situação de rua e COVID-19. *Revista de Administração Pública*, 54 (4), 1064-1078.

Lewer, D., Braithwaite, I., Bullock, M., Eyre, M. T., White, P. J., Aldridge, R. W., Story, A., & Hayward, A. C. (2020). COVID-19 among people experiencing homelessness in England: a modelling study. *The Lancet Respiratory Medicine*, 8 (12), 1181-1191.

Lima, N. N. R., Souza, R. I., Feitosa, P. W. G., Moreira, J. L. S., Silva, C. G. L., & Neto, M. L. R. (2020). People experiencing homelessness: Their potential exposure to COVID-19. *Psychiatry Research*, 288, 112945.

Paiva, I. K. S., Lira, C. D. G., Justino, J. M. R., Miranda, M. G. O., & Saraiva, A. K. M. (2016). Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 2595-2606.

Perondi, B., Miethke-Morais, A., Montal, A. C., Harima, L., & Segurado, A. C. (2020). Setting up hospital care provision to patients with COVID-19: lessons learnt at a 2400-bed academic tertiary center in São Paulo, Brazil. *The Brazilian Journal of Infectious Diseases*, 24 (6), 570-574.

Perri, M.; Dosani, N., & Hwang S. W. (2020). COVID-19 and people experiencing homelessness: challenges and mitigation strategies. *CMAJ*, 192 (26), E716-E719.

Ralli, M.; Arcagelli, A., & Ercoli, L. (2021). Homelessness and COVID-19: Leaving No One Behind. *Annals of global health*, 87, (1), 11-345.

Sharm, M., & Aggarwal, S. (2020). Homeless persons with mental illness during COVID-19. *Asian Journal of Psychiatry*, 53, 1-2.

Silva, C. C.; Cruz, M. M., & Vargas, E. P. (2015). Práticas de cuidado e população em situação de rua: o caso do Consultório na Rua. *Saúde em Debate*, 39, 246-256.

Souza, L. E. P. F., Paim, J. S., Teixeira, C. F., Bahia, L., Guimarães, R., Almeida-Filho, N., Machado, C. V., Campos, G. W., & Azevedo-e-Silva, G. (2019). Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2783-2792.

Van Rùth, V., König, H. H., Bertram, F., Schmiedel, P., Ondruschka, B., Püschel, K., Heinrich, F., & Hajek, A. (2021). Determinants of health-related quality of life (HRQoL) among homeless individuals during the COVID-19 pandemic. *Public Health*, 194, 60-66.

Wungu, C. D. K., Khaerunnisa, S., Putri, E. A. C., Hidayati, H. B., Qurnianingsih, E., Lukitasari, L., Humairah, I., & Soetjipto. (2021). Meta-analysis of cardiac markers for predictive factors on severity and mortality of COVID-19. *International Journal of Infectious Diseases*, 105, 551-559.